

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Folha de S. Paulo

Título: Novo ministro definirá rumo da EletrobrasErro! Indicador não definido.

Valor Econômico

Título: Petróleo e gás vão movimentar R\$ 1,2 tri até 2030Erro! Indicador não definido.

Título: MDB entrega controle de diretório em PE a CoelhoErro! Indicador não definido.

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	3
Título: Em nome de quê?	3
Título: Notas	4
Título: Petrobras paralisa fábricas de fertilizante	5
Título: Trump deve confirmar tarifas de US\$ 60 bi contra a China.....	6
Título: Eternit pede recuperação judicial	8
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	9
Título: A reabertura do setor de petróleo.....	9
Título: Petrobrás desliga fábricas de fertilizante	11
Título: Funcionários temem ser transferidos para outras cidades	12
Título: Olha o gás.....	13
Título: Siderúrgicas pedem que Temer ligue para Trump.....	13
Título: Eternit pede recuperação judicial	14
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	15
Título: Justiça decide disputa entre duas empresas de mineração	15
Título: No G20, Meirelles discute aço com secretário dos EUA.....	16

Título: Novo ministro definirá rumo da Eletrobras	17
VEÍCULO: Correio Braziliense	19
Título: Crise hídrica começa a tomar conta do país	19
Título: Data para o fim do racionamento	20
Título: Discussão em torno do crescimento verde	21
Título: Realidades invisíveis	22
Título: Falta de recursos limita oferta de água	23
Título: Crise hídrica exige união	25
Título: Irrigação pode dobrar	26
Título: Luta contra privatização	27
Título: A hora e a vez dos biocombustíveis	28
VEÍCULO: Valor Econômico	28
Título: Petróleo e gás vão movimentar R\$ 1,2 tri até 2030	28
Título: Indústria pede a Temer que fale com Trump	30
Título: Meirelles sai otimista de encontro sobre taxaço ao aço	31
Título: MDB entrega controle de diretório em PE a Coelho	32
Título: Destaques	34
Título: Shell e Statoil avaliam ampliar negócios no Brasil	34
Título: Petrobras amplia aportes para ações socioambientais	36
Título: Medidas de Trump fizeram preço subir US\$ 100 nos EUA	37
Título: Petrobras põe fábricas de fertilizantes em hibernação à espera de comprador	39
Título: BNDES e setor elétrico estudam novas formas de financiamento	40

VEÍCULO: O Globo**Seção: Opinião****Autor: Maria Paula Fernandes e Rinaldo Arruda****Título: Em nome de quê?**

Não estamos falando de um futuro distante: até 2030, 40% das reservas hídricas do planeta podem simplesmente evaporar. Segundo o Unicef, hoje cerca de três em cada dez pessoas no mundo — um total de 2,1 bilhões — não têm acesso à água potável em casa.

No Brasil, o cenário é igualmente alarmante: o São Francisco corre por um fio, um terço dos açudes do Nordeste está vazio, cidades como São Paulo e Brasília enfrentam sérios problemas de abastecimento, e a Amazônia encarou em 2016 a pior seca dos últimos cem anos.

Pela primeira vez o Fórum Mundial da Água é realizado num país do Hemisfério Sul, o Brasil. Não por acaso: somos depositários de 20% de toda a água potável do mundo. A morte do Rio Doce é o mais doloroso exemplo dos riscos a que estamos expostos. Mas a mineração e a estiagem não são as únicas ameaças que rondam nossas reservas: há também o desperdício; a contaminação por agrotóxicos; o esgoto que chega sem tratamento aos córregos; as hidrelétricas; e o desvio clandestino de rios.

Os rios são as artérias do planeta; precisam correr livres para que ele se mantenha saudável. Sendo assim, podemos dizer que o Planalto dos Parecis, no Mato Grosso, é o nosso coração. Dali, na divisa entre o Cerrado e a Amazônia, é bombeada a água que abastece as principais bacias hidrográficas do país.

E, neste exato momento, trava-se na região uma batalha que pode definir nosso futuro: de um lado estão o governo e os interesses privados; do outro, os povos indígenas e outras comunidades tradicionais. O governo planeja construir 43 grandes hidrelétricas na Bacia do Tapajós, que inclui dois grandes rios que a abastecem: o Juruena e o Teles Pires.

Mais de 890 mil pessoas serão afetadas diretamente por essas obras. Indiretamente, seremos todos. Fala-se muito da intervenção federal no Rio de Janeiro, mas desde outubro do ano passado há outra em curso. Os povos da Bacia do Tapajós já não vinham sendo consultados a respeito de obras que afetam suas vidas, como lhes é assegurado pela Constituição e pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT); agora, estão proibidos de protestar. Os indígenas estão protegendo um bem que é de todos.

Ao longo da História, foram assinados mais de 3.600 tratados envolvendo o uso e a posse da água. Logo, esta guerra que pode ser travada em frentes diversas. Precisamos nos juntar aos povos tradicionais, usando nossos direitos constitucionais como escudo. O corpo humano é 75% água. Ou seja, praticamente somos água, origem e suporte da vida. A Ciência nos disse o que os povos tradicionais sabem desde sempre, pois guardam uma relação íntima e espiritual com ela.

A Hidrelétrica de Teles Pires inundou Sete Quedas, lar dos espíritos dos antepassados dos munduruku. Seria como se demolissem a Basílica do Santo Sepulcro para passar uma rodovia. Hoje, existem formas de se produzir energia que não prejudicam tanto a natureza e os que dela dependem ou cultuam. Em nome de quê, então, estamos cometendo tantos sacrilégios?

Maria Paula Fernandes é diretora-executiva da ONG Uma Gota no Oceano;
Rinaldo Arruda é membro da ONG Operação Amazônia Nativa

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia / colunas

Autor: Miriam Leitão

Título: Notas

Barril de dinheiro

Governo e Petrobras estão se entendendo sobre o cálculo de ressarcimento da cessão onerosa, segundo uma fonte da petrolífera. Como o preço do petróleo em 2010, época da capitalização, era maior, as partes estão se convencendo de que a empresa tem a receber da União, embora ainda não tenham chegado a um acordo sobre os valores. A decisão também interessa ao governo, que poderia realizar o megaleilão do petróleo excedente dos campos, com previsão de arrecadar algo como R\$ 60 bilhões.

Governo tem pressa

Sem o acordo, a União ficaria impedida de realizar novos leilões nessas áreas por 20 anos, tempo que a Petrobras vai demorar para extrair seus 5 bilhões de barris. A perda para o governo seria maior. Com o leilão, será possível acertar as contas com a companhia e equilibrar o déficit do ano, inclusive bancando os custos da intervenção no Rio. Essa é uma das frentes que o governo deve priorizar. O prazo para o entendimento é meados de maio.

Destino certo

No caso da Petrobras, os recursos serviriam para pagar dívidas. Os valores ainda não estão decididos, mas a destinação é certa. O endividamento deixou de ser caótico, mas continua alto. Está em 3,7 vezes a geração operacional de caixa, e já foi cinco vezes em 2015. Mesmo assim, empresas como a Exxon Mobil pagam menos da metade dos juros para se financiar, na comparação com a Petrobras. Quando o custo diminuir, a companhia poderá, inclusive, reativar projetos deixados na gaveta.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordóñez****Título: Petrobras paralisa fábricas de fertilizante**

Estatul interrompe produção no NE para reduzir prejuízo de R\$ 800 milhões.

A Petrobras decidiu suspender a produção de suas fábricas de fertilizantes nitrogenados (Fa-fen) em Sergipe e na Bahia para estancar prejuízos que somaram R\$ 800 milhões só no ano passado. As duas unidades estão à venda — assim como outras duas fábricas de fertilizantes da estatal, a UFN-III, em Três Lagoas (MT), e a Ansa, em Araucária (PR) —, mas a estatal ainda não encontrou compradores para elas. Segundo o diretor de Refino e Gás da companhia, Jorge Celestino, a decisão de "hibernar" as duas fábricas foi a melhor solução para minimizar as perdas. A manutenção das fábricas para serem vendidas vai custar R\$ 300 mil por mês.

As duas unidades estavam produzindo cerca de 700 mil toneladas anuais de fertilizantes nitrogenados. Celestino explicou que o custo elevado da principal matéria-prima, o Gás Natural Liquefeito (GNL), faz com que os fertilizantes nitrogenados produzidos pelas duas fábricas não consigam competir com os produtos importados. Atualmente, cerca de 85% dos fertilizantes consumidos no país vêm do exterior com custo mais baixo do que o dos produzidos pela Petrobras.

— As duas fábricas de Sergipe e Bahia não têm acesso a matéria-prima barata e estão longe do mercado consumidor, o que se reflete em resultados negativos — disse Celestino. — Desde 2016, as duas fábricas davam resultados negativos. Analisando o mercado para os próximos doze anos, viu-se que não haveria reversão dos resultados. Por isso, decidimos hiberná-las e deixar o equipamento pronto em caso de aparecer um comprador.

Além do prejuízo com as duas fábricas no ano passado, a Petrobras fez uma provisão de perdas (impairment) para as duas unidades no valor total de R\$ 1,3 bilhão. Foi um dos fatores que contribuíram para o prejuízo de R\$ 446 milhões registrado pela empresa em 2017.

PREÇO DO GÁS É ENTRAVE

Edmar Almeida, do Grupo de Economia da Energia do Instituto de Economia da UFRJ, explica que a baixa competitividade do fertilizante brasileiro é em função dos altos preços do gás natural no país. O valor médio para entrega no Nordeste, sem contar as margens das distribuidoras, é da ordem de US\$ 8,20 por milhão de BTUs (unidade internacional do gás natural). Nos países que são grandes produtores — como EUA, Catar, Rússia e Indonésia —, o preço final do gás fica abaixo de US\$ 5.

— No passado, quando a Petrobras era uma empresa integrada, os custos eram diluídos internamente. E não incidiam alguns custos, como a margem das distribuidoras. Se o Brasil quiser produzir fertilizantes nitrogenados, cujo custo da principal matéria-prima vai de 40% a 70% dos custos finais, vai precisar definir uma política de gás para os setores de uso intensivo, como os de fertilizantes e de produtos químicos — destacou Edmar Almeida.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Eliane Oliveira e Janaína Figueiredo

Título: Trump deve confirmar tarifas de US\$ 60 bi contra a China

Medida seria lançada no dia em que entra em vigor taxa sobre aço.

-WASHINGTON, BRASÍLIA E BUENOS AIRES- Enquanto O mundo ainda assimila os impactos das sobretaxas impostas pelos EUA ao aço e ao alumínio importados, o presidente Donald Trump está preparado para encerrar a semana com mais uma medida protecionista polêmica. Segundo reportagem do jornal "Washington Post" o republicano anunciará na sexta-feira um pacote de US\$ 60 bilhões em tarifas sobre produtos da China. O plano divide opiniões: alguns empresários veem na medida proteção a empregos locais, outros alertam para efeitos colaterais, como inflação.

A ameaça de novas tarifas contra a China surgiu na imprensa americana na semana passada, mas não havia ainda uma previsão sobre quando seria anunciado. Se a data for confirmada, o pacote virá a público exatamente no dia em que entram em vigor as tarifas sobre o aço e o alumínio comprados fora dos EUA, de 25% e 10%, respectivamente.

O pedágio sobre os produtos chineses deve focar nos setores de telecomunicação e tecnologia. Mas é possível que sejam incluídos cerca de cem itens, segundo fontes ouvidas pela agência Reuters. O argumento principal seria a acusação de violação de propriedade intelectual, por causa de produtos falsificados vendidos por chineses no mercado americano. Na semana passada, o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Lu Kang, ameaçou tomar medidas para "firmemente proteger seus interesses"

Em 2017, os EUA exportaram US\$ 130,4 bilhões para a China, mas importaram muito mais. O déficit comercial com os chineses é de US\$ 375,2 bilhões.

A proposta é apoiada por parte dos empresários nos EUA. Scott Paul, presidente da Aliança pela Indústria Americana, ligada ao sindicato dos trabalhadores em siderúrgicas, destaca que a China pratica medidas "anticompetitivas": — Seria uma clara indicação de que ele fala sério sobre garantir que há consequências para violações de propriedade intelectual e outras práticas anticompetitivas vindas da China — disse ao "Post"

BRASILEIROS PEDEM EXCLUSÃO DE TAXA

John Frisbie, presidente do conselho EUA-China de Negócios, admite os problemas com os produtos falsificados, mas destaca que impor tarifas trará "mais danos que benefícios"! Na segunda-feira, a associação de varejistas americanos enviou uma carta a Trump pedindo que reconsidere o plano, temendo alta de preços ao consumidor.

A expectativa em relação à China corre em paralelo às negociações sobre o aço, inclusive no Brasil. Ontem, representantes da indústria siderúrgica nacional pediram ao presidente Michel Temer para telefonar para Trump, solicitando a exclusão do Brasil da sobretaxa. Os executivos também sugeriram que Temer reveja a suspensão de tarifas antidumping no ingresso de aço da Rússia e da China.

— Há um excedente de aço no mundo e outros países vão vender os produtos que não entrarem nos EUA em outros mercados, como o Brasil — disse o presidente do conselho diretor do Instituto Aço Brasil, Alexandre Lyra.

Ontem, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, conversou com o secretário do Tesouro americano, Steven Mnuchin, em Buenos Aires, na reunião do G-20. Meirelles afirmou que Mnuchin demonstrou "uma reação positiva" diante dos argumentos de que a sobretaxa ao aço brasileiro pode prejudicar as siderúrgicas americanas que importam semiacabados do Brasil. (Com agências internacionais)

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor:****Título: Eternit pede recuperação judicial**

Se pedido for aceito, ações contra empresa ficam suspensas por até 180 dias.

A Eternit, fabricante de telhas e caixas d'água de amianto, entrou na noite de segunda-feira com pedido de recuperação judicial na Justiça paulista. O grupo, que tem a única mina de amianto do país, afirma que sua dívida soma R\$ 228,9 milhões, mais de 80% dela com credores sem garantias reais. A dívida com os trabalhadores é de R\$ 459 mil, segundo o pedido. A proibição do uso da fibra mineral no Brasil, determinada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no fim do ano passado, e a recessão, que fez a construção civil ter o quarto ano seguido de queda, foram os fatores alegados pela empresa. As ações do grupo fecharam com queda de 7,07% ontem, depois de terem despencado 12,12% durante o dia. O valor de mercado da Eternit é de R\$ 177,15 milhões.

EMPRESA: MEDIDA É PREVENTIVA

A Eternit vem lutando na Justiça há décadas para manter o uso do amianto, já que é proprietária da única mina da fibra no país. Nos últimos dois anos, foi condenada a pagar R\$ 500 milhões em ação do Ministério Público Federal, pelos danos causados à cidade de Bom Jesus da Serra, no semiárido baiano, onde começou a extração da fibra e onde há passivo ambiental e trabalhista. Também foi condenada em São Paulo a pagar o tratamento de ex-trabalhadores da fábrica de Osasco e a fornecer plano de saúde para ex-operários no Rio, além de indenizá-los em R\$ 50 milhões. Sem contar ações individuais, que pedem indenizações por doença e morte. O amianto, proibido em mais de 70 países, é considerado cancerígeno pela OMS.

— Mesmo que a Sama (a mina) possa continuar exportando, seu principal cliente era a Eternit. Mas o endividamento da empresa não é exorbitante. Parece-me mais uma medida preventiva — afirmou Mario Roberto Mariante, da Planner Corretora, analista que já acompanhou a Eternit.

Aqueles que buscam reparação do grupo — que atua há 78 anos no Brasil e tem 1.700 empregados — por doenças causadas pelo amianto terão mais dificuldade se o pedido for aceito. As doenças aparecem décadas após a exposição. Na recuperação, prazos dos processos ficam suspensos por até 180 dias: — Há impacto nas ações futuras e nas que estão tramitando. A recuperação blinda o patrimônio, o que é bastante prejudicial para ações de reparação de danos — diz o procurador do Trabalho Luciano Leivas.

A Eternit, por nota, diz que a medida é preventiva e que fatores externos, como a decisão do STF, "levaram a empresa a estabelecer um plano alternativo pela via da recuperação judicial"

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / Opinião

Autor: Décio Oddone

Título: A reabertura do setor de petróleo

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) completou 20 anos em 14 de janeiro. Em 1998, quando foi criada, tinha a missão de promover a primeira abertura do setor de petróleo e gás desde que a Petrobrás fora fundada, em 1953. Hoje, a ANP participa da retomada da abertura do setor no Brasil, a maior transformação já vivenciada, modernizando o marco regulatório para atrair os investimentos que o País precisa para crescer.

A 1.ª Rodada de Licitações de Blocos para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, realizada pela ANP em 1999, marcou o início de uma nova era para a indústria no Brasil. Desde então, foram realizadas 13 rodadas de áreas sob o regime de concessão, 3 de partilha na área do pré-sal e 4 de campos maduros com produção marginal. As rodadas tiveram a participação de mais de cem empresas nacionais e estrangeiras com resultados importantes para o País.

Foi no bloco BMS-11, licitado na 2.ª Rodada de Licitações, realizada em 2000, que foi descoberto o pré-sal, em 2007. O BMS-11 virou o Campo de Lula, que hoje, juntamente com Sapinhoá e outros do pré-sal, é responsável por quase a metade da produção nacional. As licitações ajudaram o Brasil a se tornar o 10.º produtor mundial de petróleo e o maior da América Latina. Em novembro de 2017, a produção de petróleo chegou a 2,6 milhões de barris por dia.

A de gás alcançou 113 milhões de metros cúbicos por dia. Nos últimos anos, em função principalmente da interrupção das rodadas e da queda dos preços do petróleo no mercado internacional, o ritmo da atividade diminuiu muito. Ainda assim, em 2013, foi realizada a 1.ª Rodada de Partilha, com a oferta de Libra. No mesmo ano, a 13.ª Rodada teve a maior arrecadação em bônus de assinatura até então, com R\$ 2,4 bilhões, superada apenas no ano passado pela 14.ª Rodada, com R\$ 3,8 bilhões.

O cenário começou a mudar em 2017, com os aprimoramentos regulatórios que tornaram o setor mais atrativo a investimentos. A realização da 14.ª Rodada de Blocos Exploratórios e das 2.ª e 3.ª Rodadas de Partilha pela ANP, com arrecadação de cerca de R\$ 10 bilhões em bônus e a previsão de bilhões em

investimentos nos próximos anos, colocou a indústria de volta à rota do crescimento.

No abastecimento, a ANP contribuiu decisivamente para a melhora da qualidade do combustível consumido no Brasil. Em 1998, a não conformidade na gasolina era de 12,5%. Naquele mesmo ano, foi criado o Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC), ferramenta fundamental para a fiscalização do mercado. Em novembro de 2017, a não conformidade na gasolina caiu para 1,8%.

A mesma trajetória tiveram os índices para o diesel e etanol, que caíram de 6,7% e 7,3% para 2,8% e 2%, no mesmo período, respectivamente. Nos últimos 20 anos, a ANP ganhou novas atribuições. Hoje, além dos combustíveis fósseis, regula os biocombustíveis. O crescimento do mercado e o aumento da sua complexidade foram acompanhados pela ANP com o aprimoramento do marco regulatório, de maneira transparente para a sociedade.

Hoje, o setor oferece oportunidade de investimentos em praticamente todos os segmentos. Da exploração e produção de petróleo, aos postos revendedores de combustíveis. Da maior utilização do gás de botijão, à abertura do setor de gás natural. Investimentos em logística, produção de combustíveis, estudos sísmicos, criação de petrolíferas brasileiras.

Tudo isso está em pauta graças à atuação da ANP para proporcionar um ambiente seguro para os investidores. Este ano estão previstas a 15.ª Rodada de Blocos de Concessão, em março, e a 4.ª Rodada de Partilha, em junho, e o início da oferta permanente de áreas. A ANP trabalha para que a exploração de petróleo e gás natural e a produção e abastecimento de combustíveis atraiam novos investimentos que ajudarão a gerar emprego, renda e desenvolvimento.

A Agência também continuará aprimorando sua atuação, tendo como norte o interesse da sociedade. Esses são os compromissos da ANP para os próximos anos.

DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Fernanda Nunes****Título: Petrobrás desliga fábricas de fertilizante**

As duas unidades, na Bahia e em Sergipe, serão incluídas no plano de venda de ativos da estatal; objetivo é deixar de vez esse mercado.

A Petrobrás deu mais um passo para deixar definitivamente o mercado de fertilizantes e se transformar numa empresa exclusivamente de petróleo e gás natural. A empresa anunciou ontem ao mercado que vai desligar as duas fábricas produtoras de fertilizantes, as Fafens, que mantém na Bahia e em Sergipe.

Pelos cálculos da estatal, não há previsão para que essas unidades revertam os resultados negativos num horizonte de 12 anos. Em 2017, o prejuízo acumulado foi de R\$ 800 milhões nas duas unidades. A causa das perdas está no alto custo do gás natural utilizado como insumo nas fábricas, segundo o diretor de Refino e Gás Natural, Jorge Celestino.

“Os maiores produtores mundiais têm acesso a gás natural barato. Não é o nosso caso”, disse o executivo, em teleconferência. Ele também reclamou da distância dos mercados consumidores e dos gastos logísticos. As Fafens foram instaladas na Região Nordeste do País ainda no regime militar. A da Bahia foi inaugurada em 1971, como parte do Polo Petroquímico de Camaçari, e incorporada pela estatal em 1993.

Já a de Sergipe entrou em operação em 1982, como parte de um projeto de expansão da infraestrutura local e de desenvolvimento econômico. Na noite de segunda-feira, antes mesmo de comunicar a decisão ao mercado, o presidente da Petrobrás, Pedro Parente, ligou para os dois governadores afetados pela medida. De ambos ouviu que a saída da estatal do negócio de fertilizantes vai provocar desemprego e impactos negativos nas economias locais.

Jackson Barreto (PMDB), de Sergipe, e Rui Costa (PT), da Bahia, prometeram mobilizar suas bancadas no Congresso para reverter a decisão da petroleira. Os governadores contam ter recebido de Parente a garantia de que nenhum funcionário será demitido. Eles vão ser realocados dentro da companhia à medida que as máquinas começarem a ser desligadas.

Em abril, será divulgado um plano de interrupção da operação, que a Petrobrás está chamando de “hibernação”. Até lá, “nada muda em relação à operação dos ativos. O início da hibernação de ambas unidades deve ocorrer até o final do

primeiro semestre de 2018”, traz comunicado divulgado aos funcionários na intranet da empresa. A parada da produção será progressiva, com a adoção de medidas de conservação dos equipamentos e de prevenção de impactos ambientais.

À venda. Segundo o diretor Celestino, as fábricas da Bahia e de Sergipe serão incluídas no programa de desinvestimento, assim como as outras duas unidades de fertilizantes que a Petrobrás mantém em Mato Grosso do Sul e no Paraná. Para essas duas últimas, a empresa já recebeu oferta de compra, mas para as fábricas do Nordeste, ainda não. Já aos funcionários, a diretoria afirmou que a “venda é uma alternativa que está em avaliação”.

A Petrobrás vai gastar cerca de R\$ 300 mil por mês para manter as máquinas intactas e prontas para serem religadas assim que aparecer um comprador. Ainda em 2016, a Petrobrás anunciou que focaria os investimentos na exploração e produção de petróleo e de derivados e que, assim como em outras áreas, sairia do negócio de fertilizantes.

Em setembro do ano passado, iniciou a venda das fábricas de Mato Grosso do Sul e do Paraná, que estão em fase final de negociação com interessados. A novidade de ontem é que as Fafens da Bahia e de Sergipe também serão incluídas no desinvestimento e que as máquinas vão ser desligadas antes mesmo de ser encontrado um comprador.

“A Fafen gera um ciclo econômico virtuoso pela atividade que executa, tanto do ponto de vista da arrecadação de impostos, como na geração de uma economia produtiva”, afirmou o governador de Sergipe, em nota publicada em suas redes sociais. Ele demonstrou preocupação, principalmente, com as fábricas de fertilizantes instaladas no entorno da Fafen, que utilizam a produção da Petrobrás como matéria-prima. “Com o fechamento da Fafen, essas fábricas também vão embora.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Antonio Carlos Garcia

Título: Funcionários temem ser transferidos para outras cidades

Os funcionários da fábrica de fertilizantes da Petrobrás em Sergipe estão preocupados com o que vem pela frente. Servidor da estatal há 20 anos, Joseval de Souza Vieira teme ser transferido para outra unidade, agora que já está bem estabelecido em Aracaju. “E se lá não der certo e eu for demitido?” O Sindicato dos Petroleiros de Sergipe e Alagoas (Sindipetro SE/AL) marcou para hoje uma

manifestação em frente à unidade, no município de Laranjeiras, a 20 km da capital.

“Não vamos ficar calados”, disse a técnica administrativa Márcia Bezerra, que também participará da mobilização do Sindipetro. Segundo ela, dois gerentes estiveram ontem na fábrica para explicar que os funcionários poderiam ir para qualquer lugar do País que desejassem. “Nós não queremos, o nosso lugar é aqui. Sergipe sem a Petrobrás não é nada”, comentou.

De acordo com o Sindipetro, a Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (Fafen) gera milhares de empregos indiretos, por meio de fornecedores, prestadores de serviço, empresas que dão suporte à operação e, principalmente, das diversas fábricas de fertilizantes que estão instaladas na região para ter acesso mais fácil à matéria-prima. Com o fechamento da Fafen, empresas como Heringer e Fertinor, por exemplo, podem ir embora.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Aline Bronzati / Cynthia Decloedt / Fernanda Guimarães

Título: Olha o gás

A Supergasbras, do Grupo SHV Energy, colocou em seu orçamento investimento de R\$ 10 milhões em novas tecnologias em 2018, de olho no mercado residencial. A estratégia tem sido facilitar o pedido do botijão de gás, que agora pode ser feito até pelo Facebook.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Lu Aiko Otta

Título: Siderúrgicas pedem que Temer ligue para Trump

Presidente do Conselho do Instituto Aço Brasil disse que o ideal é que a negociação seja feita governo a governo para livrar País da sobretaxa.

O presidente do Conselho Diretor do Instituto Aço Brasil, Alexandre Lyra, pediu ontem ao presidente Michel Temer que telefone ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para tentar livrar os produtos siderúrgicos brasileiros da sobretaxa de 25% que será aplicada a partir do próximo dia 23. Segundo Lyra, Temer se comprometeu a fazer o contato.

O setor avalia, segundo Lyra, que uma negociação governo a governo pode ser mais rápida do que a via formalizada na segunda-feira pelo Departamento de

Comércio dos EUA, quando foi apontada a possibilidade de exclusão de alguns produtos mediante pedidos de pessoas ou empresas americanas. O regulamento diz que o processo deve durar 90 dias, mas as empresas temem que ele tome mais tempo do que isso.

Essa via é a preferida também pelo setor de alumínio, sobre o qual incidirá taxa de 10%. A negociação governo a governo é um caminho possível. Porém, os EUA ainda não abriram conversas com o Brasil. Já foram enviadas cartas ao secretário de Comércio, Wilbur Ross, e ao representante de Comércio, Robert Lighthizer, pedindo para negociar. Porém, ainda não há resposta. Lyra expôs os argumentos que o presidente pode usar na conversa.

Primeiro, 80% do que o Brasil exporta é reprocessado nos EUA. “Não roubamos emprego de metalúrgico americano”, frisou Lyra. Além disso, o Brasil é o maior importador de carvão americano, com compras de US\$ 1 bilhão. “Tem essa complementaridade”, disse. Na relação comercial, o Brasil acumulou déficit de US\$ 90 bilhões com os EUA na última década. Se for considerado o setor de serviços, o déficit chega a US\$ 250 bilhões.

Ou seja, a relação é favorável aos EUA. O setor também pediu a Temer que reveja a decisão tomada pela Câmara de Comércio Exterior (Camex) em janeiro deste ano, que concluiu pela aplicação de uma sobretaxa antidumping sobre o aço importado da China e da Rússia, mas adiou a aplicação da medida por um ano. “Ganhamos, mas não levamos”, disse.

O setor sustenta que, com a decisão dos EUA de sobretaxar, o quadro mudou. Isso justificaria uma revisão. Alumínio. O presidente executivo da Associação Brasileira de Alumínio, Milton Rego, disse que para as exportadoras brasileiras do produto o ideal é haver uma negociação governo a governo, pois os compradores americanos de seus produtos não são grandes empresas, ao contrário do que acontece com o aço.

As vendas são mais pulverizadas. As exportações de alumínio para os EUA somam US\$ 150 milhões, enquanto as de aço são de US\$ 2,6 bilhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Circe Bonatelli E Luana Pavani

Título: Eternit pede recuperação judicial

As ações da Eternit chegaram a cair mais de 10% ontem, fechando em queda de 7,07%, a R\$ 0,92, após a companhia protocolar na noite da segunda-feira pedido de recuperação judicial no Tribunal de Justiça de São Paulo. O plano de

recuperação deve ser apresentado pelo grupo em 60 dias. A dívida da companhia é de R\$ 228,9 milhões.

Fabricante de telhas, caixas d'água, louças e metais sanitários, a empresa afirmou que as discussões legais sobre o uso de amianto tiveram impacto nas operações do grupo.

Em 2017, as atividades da mineradora Sama e da fabricante de telhas de fibrocimento Precon Goiás, suas controladas, foram suspensas temporariamente após o Supremo Tribunal Federal proibir em novembro a extração e comercialização de uma variedade de amianto usada na fabricação de telhas e caixas d'água.

Segundo os advogados do grupo, o assunto não foi esgotado na Justiça, mas o risco de que a proibição seja validada em definitivo foi suficiente para causar um impacto no grupo, inclusive com bancos declinando novos financiamentos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Justiça decide disputa entre duas empresas de mineração

Mercado Aberto

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) determinará nessa quarta-feira (21) o que acontece com uma disputa entre a empresa Ferro +, que quer fazer pesquisas ambientais em uma área da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional). A Ferro + precisa realizar estudos para conseguir uma autorização da Agência Nacional de Mineração (antes conhecida como Departamento Nacional de Produção Mineral) para lavrar minério em Congonhas (MG).

Para isso, tem que ingressar em um terreno da CSN. Ela fez o pedido, que foi negado em 2013 —a empresa dona da área alega não ter recebido a identificação dos estudos a serem realizados em seu terreno, segundo documento dos advogados da Ferro +. Ela, então, procurou a Justiça para obrigar a CSN a franquear a entrada e exploração ambiental e conseguiu uma vitória em primeira instância.

Posteriormente, essa decisão foi revertida. No STJ, a Ferro + busca uma volta à primeira decisão judicial. Por lei, a CSN seria obrigada a permitir o acesso, mas diz que proibiu porque a Ferro + não cumpriu requisitos burocráticos no prazo, segundo pessoas ligadas à companhia. Procuradas, as empresas não se pronunciaram.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: SYLVIA COLOMBO DE BUENOS AIRES****Título: No G20, Meirelles discute aço com secretário dos EUA**

Segundo ministro brasileiro, taxaço ao insumo brasileiro imposto por Trump deve prejudicar os dois países

O ministro da Fazenda brasileiro, Henrique Meirelles, disse, ao final da reunião do G20, em Buenos Aires, e após bilateral com o secretário do Tesouro americano, Steven Mnuchin, que expôs ao funcionário dos EUA que a nova taxaço do aço e do alumínio prejudicaria os dois países.

"Eu não pedi a isenção do Brasil, porque não é para ele que se deve pedir, apenas transmiti que isso nos preocupa e que prejudicaria, além do Brasil, a indústria americana, uma vez que, com a isenção do Canadá, o Brasil passa a ser o maior exportador de aço para a indústria dos EUA, e que a taxaço acabaria encarecendo os produtos para os americanos", disse o ministro brasileiro.

Segundo Meirelles, Mnuchin manifestou compreender a situação e afirmou que levaria a discussão ao secretário de Comércio, Wilbur Ross, e a seus superiores.

"Manifestei que a relação bilateral entre Estados Unidos e Brasil é muito importante e que nós não gostaríamos que isso se alterasse por causa desse fato. A ideia é gestionar por uma isenção dessa tributação num futuro próximo", disse Meirelles.

O ministro brasileiro disse não ver diferença na recepção da reivindicação brasileira com relação à feita por parte da Argentina. O país vizinho pediu diretamente a isenção da taxaço para seu país, e não apenas neste fórum, mas também por meio de conversa telefônica entre os presidentes Mauricio Macri e Donald Trump.

Sobre as declarações do ministro da Economia francês, Bruno Le Maire, de que as negociações entre o Mercosul e a União Europeia estavam "estancadas", Meirelles afirmou que as intenções em avançar continuam de ambos os lados.

"O ministro francês afirmou isso porque o problema do acordo está com os agricultores franceses, que temem a concorrência", explicou Meirelles.

PROTECIONISMO

Sobre a ausência do termo "protecionismo" do documento final do G20, Meirelles afirmou que se tratava de algo natural nesse tipo de encontro, uma vez que deve haver um consenso entre todos os países, e no caso não houve, por causa da restrição americana.

Porém, o ministro brasileiro afirmou que "Mnuchin disse que os EUA não se julgavam protecionistas e que não pretendem declarar uma guerra comercial".

COMÉRCIO DIGITAL

Não houve um consenso também sobre a questão de como tributar o comércio digital, mas Meirelles afirmou que este foi um dos assuntos mais discutidos no encontro em Buenos Aires.

"É preciso encontrar mecanismos de cooperação multi-lateral nessa área e definir um critério de tributação. Definir de modo unilateral é muito difícil."

BALANÇO

No geral, Meirelles afirmou que a conclusão do G20 é que a "economia mundial vai bem, num crescimento moderado, ainda que não eufórico, mas que existem riscos que estão sendo observados com cuidado".

Sobre o Brasil, diz que foi bem recebida sua exposição sobre as "reformas necessárias e fundamentais que estão fazendo com que o país volte a crescer", acrescentou que foi cumprimentado pessoalmente pelo próprio presidente Macri e reafirmou que a meta de crescimento deste ano continua em 3%.

"Houve uma boa recuperação da atividade em dezembro, um refluxo em janeiro, que consideramos natural, mas agora voltamos a uma curva ascendente."

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: DA REUTERS

Título: Novo ministro definirá rumo da Eletrobras

Mercado teme ascensão de opositores ao processo de privatização com a troca de comando nas Minas e Energia em abril

Grupos que preferem manter a estatal como está defendem os seus indicados para ocupar a vaga de Coelho Filho

A sucessão do **ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, que deixará o cargo em abril para disputar eleições, tem gerado preocupação em defensores da privatização da Eletrobras, à medida que políticos contrários à proposta para a estatal ganham força na definição do novo chefe da pasta.

O senador Edison Lobão (MDB-MA), que chefiou a área nos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, tem retomado a influência no setor e poderá indicar o próximo ministro.

O senador Eduardo Braga (MDB-AM), que também foi ministro de Minas e Energia no governo Dilma, também tem se movimentado para nomear alguém. Segundo uma das fontes, o sucessor de Lobão ou Braga pode até mesmo inviabilizar a privatização de seis distribuidoras de energia da Eletrobras que atuam no Norte e Nordeste, cujo leilão o governo federal tem dito que pretende realizar até maio.

"É o pior cenário para os trabalhadores das empresas, para os fornecedores e para a Eletrobras, mas é um cenário possível hoje", afirmou a fonte, que vê "forças que estão trabalhando para sabotar a privatização".

Em relatório na semana passada, a consultoria de risco político Eurasia escreveu que as movimentações de Braga e Lobão, se confirmadas, serão "um sinal ruim" para o plano de privatização.

Segundo a consultoria, o mercado trabalha com a expectativa de que a pasta será assumida pelo atual secretário-rio-executivo, Paulo Pedrosa, ou pelo secretário de petróleo e gás, Márcio Fêlix, e um caminho diferente poderia levar à renúncia de técnicos.

A expectativa é que poderá ocorrer a saída de técnicos importantes de Minas e Energia caso se confirme a opção por um nome indicado por Lobão e Braga.

O ministro Coelho Filho tem dito publicamente que sairá do cargo em abril para disputar eleições em seu Estado natal, Pernambuco.

Por outro lado, os senadores Lobão e Braga já têm avançado para retomar seus espaços no setor de energia.

Em janeiro, circulou a informação de que Lobão pretende indicar seu apadrinhado André Pepitone para ser o próximo diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em agosto, quando vence o mandato do atual chefe, Romeu Rufino.

Já Braga foi eleito para presidir uma comissão mista no Congresso Nacional que analisa a medida provisória da privatização da Eletrobras.

A assessoria de imprensa do senador Braga negou a movimentação. "Essa informação não procede", disse em nota. A equipe de Lobão não respondeu.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Especial

Autor: Pedro Grigori

Título: Crise hídrica começa a tomar conta do país

O Brasil, país que acumula 12% de toda a água doce do mundo, tem agora 16% dos municípios enfrentando problemas de escassez hídrica. Os dados foram divulgados pelo ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, durante painel do 8º Fórum Mundial da Água sobre crises hídricas pelo Brasil. Os governadores do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, e de São Paulo, Geraldo Alckmin, participaram do debate, contando como enfrentaram os problemas causados pela falta de água nas regiões que governam.

A sala do painel lotou antes mesmo do começo do debate, e muita gente ficou de fora. O ministro Helder Barbalho se declarou indignado com a seca ser tratada como algo normal no Brasil. Ele destacou que o assunto não é apenas um problema vivenciado na região nordeste do país. Dos 5.570 municípios brasileiros, 917 convivem com estiagem e seca diariamente, segundo o ministro. "O número de estados se amplia, e o número de cidades nessa situação mostra a necessidade de uma estratégia não apenas localizada na região nordeste, e sim avançando para outras regiões do Brasil", advertiu. As obras de captação de água na capital federal foram citadas como exemplo em regiões metropolitanas.

Uma das apostas para tentar resolver o problema é a transposição do rio São Francisco — a qual Barbalho chamou de "principal obra da história do país". O ministro fez um balanço das entregas: em março de 2017, o eixo leste ficou pronto. Ainda em 2018 será a vez do eixo norte. E, segundo Barbalho, 96% da parte norte está concluída. Ao ser entregue, a transposição beneficiará 12 milhões de pessoas da região semiárida do Brasil, de acordo com o ministro. Todo projeto é orçado em R\$ 8,2 bilhões, com a construção de mais de 700km de canais de concreto, nos eixos norte e leste, percorrendo os estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. Os governadores do Ceará e da Paraíba também foram convidados a participar do painel, mas não compareceram.

Contra a tributação

O governador paulista, Geraldo Alckmin, concluiu a participação no painel propondo o fim da tributação do governo federal sobre saneamento básico. “Nós precisamos de financiamento e de recursos para investir. O governo federal tributa saneamento, água e esgoto. Não tem sentido: governar é escolher”, afirmou o tucano. Para combater a crise hídrica em SP, um dos principais investimentos foi na interligação dos sistemas de água.

No começo do mês, Alckmin inaugurou a conexão do Jaguari com o Atibainha, ligando as bacias que agora podem transferir água de uma para a outra, beneficiando 39 milhões de pessoas nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Os investimentos da obra ficaram em R\$ 555 milhões, financiados pelo BNDES. “Minha proposta é que não houvesse tributação sobre saneamento básico, para esse recurso ajudar nos investimentos e a gente fortalecer a segurança hídrica e o saneamento”, completou. Para o tucano, o pequeno investimento em saneamento no passado e a falta de chuvas em 2014 foram fundamentais para o agravamento da crise em São Paulo.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Especial

Autor:

Título: Data para o fim do racionamento

Após mais de 14 meses em estado de racionamento de água no DF, o governador Rodrigo Rollemberg afirmou que em meados de maio, fim do período chuvoso na capital federal, terá condições de dar uma data para o término do rodízio de abastecimento. Em painel do Fórum Internacional da Água, o chefe do Buriti lembrou toda gestão da crise, que contou com obras emergenciais para garantir a captação de água do Lago Paranoá e do Bananal, inauguradas em outubro do ano passado, que garantiram mais 1,4 mil litros de água por segundo ao sistema brasileiro.

O reservatório do Descoberto, responsável pelo abastecimento de 50% do DF, chegou ontem a 68,9% do volume total. No ano passado, no mesmo período, se encontrava em 46,1%, e continuou subindo até 15 de maio, quando terminou o período chuvoso. “Se a gente estiver no mesmo ritmo este ano, ainda vamos crescer muito. Isso nos permite dizer, de forma absolutamente técnica que, quando chegar ao fim do período chuvoso, em meados de maio, e tivermos a estabilização do volume das águas do Descoberto e de Santa Maria, além de uma previsão mais próxima da entrega da estação de tratamento de Corumbá IV, poderemos vislumbrar com segurança uma data para a saída do

acionamento”, afirmou Rollemberg.

Neste mesmo período do ano, em 2016, antes do início da crise hídrica, o Descoberto marcava 100% do volume total. No sábado, na abertura da Vila Cidadã, Rollemberg afirmou que o DF teria condições de encerrar o racionamento de água ainda neste ano, mas ainda evitava dar uma data para o anúncio. (PG)

De olho nas obras

Outro condicionante para o término do racionamento é a entrega do sistema de Corumbá IV, que após mais de 10 anos, deve ser inaugurado até 31 de dezembro deste ano. Rollemberg afirmou que há expectativa de antecipar a entrega da obra para agosto. Um ciclo de paralisações devido à corrupção e ao superfaturamento de peças atrasou a entrega do sistema. O valor para a realização da obra é de R\$ 550 milhões.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Especial

Autor: Anna Russi

Título: Discussão em torno do crescimento verde

Water and green growth. Em bom português, Água e crescimento verde. Um assunto assim tinha obrigação de aparecer no Fórum Mundial da Água. E ele foi discutido com o objetivo de apresentar os avanços de diferentes países e promover a troca de conhecimentos sobre o assunto. A integração da linguagem legal com a linguagem de conservação e preservação dos recursos hídricos e das florestas também esteve na pauta da conferência que reuniu promotores e juízes no evento.

Henrique Chaves, professor de manejo de bacias hidrográficas na Universidade de Brasília, falou sobre como as políticas e práticas nacionais apoiam o crescimento sustentável, por meio da gestão integrada de recursos hídricos. “O Brasil possui estrutura legal e institucional para essa gestão integrada, além de serem implementadas ferramentas para isso”, afirmou.

O professor Bráulio Dias, do Departamento de Ecologia da UnB, destacou o papel das florestas no ciclo hídrico e que intervenções na natureza têm comprometido esse ciclo. “A parte do sul do Brasil, nos últimos 30 anos, recebe mais chuva. As previsões são de que isso aumente, e assim também as inundações. No nordeste é o contrário: clima semiárido que tende a ficar mais seco”.

Sanghoon Lee, vice-diretor do Instituto Nacional de Informação Geográfica da

República da Coreia, apresentou soluções para evitar inundações urbanas: instalações de desenvolvimento de baixo impacto, planejamento urbano e previsão para o crescimento. Já Karin Krchnak, do grupo de recursos hídricos de 2030 do Banco Mundial, focou no desenvolvimento de regulamentos fortes que conversem com a preservação de recursos hídricos e florestais. “O desenvolvimento sustentável e seus objetivos nos obrigam a ter uma visão mais integrada”, afirmou.

* Estagiária sob a supervisão do editor Leonardo Meireles

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Especial

Autor: Alessandra Azevedo

Título: Realidades invisíveis

Vários problemas de gestão hídrica são apontados ao longo das discussões do 8º Fórum Mundial da Água, que ocorre nesta semana, em Brasília. Algumas localidades sofrem com seca, outras com problemas de distribuição do recurso. Em certos lugares, o desafio é combater a poluição. Em boa parte deles, garantir saneamento básico e água de qualidade para a população. Em geral, essas são situações “visíveis” e combatidas em maior ou menor escala. Além desses problemas, o mundo precisa lidar cada vez mais com as “realidades invisíveis” de favelas, pessoas em situações pós-conflitos e pós-desastres e moradores de comunidades vulneráveis. Ontem, o evento se propôs a discutir a segurança hídrica dos menos representados.

O objetivo de um dos painéis realizados durante a manhã de ontem é de que as “realidades invisíveis” também sejam representadas na Declaração de Sustentabilidade que será elaborada amanhã, ao fim do fórum, para mostrar a real situação das políticas atuais voltadas à água. Por isso, o painel reuniu representantes de entidades que buscam ajudar grupos vulneráveis que convivem em favelas, acampamentos de refugiados e comunidades indígenas e rurais, que demandam formas especiais de intervenção nos serviços de água, saneamento e saúde.

A conclusão foi de que a agenda humanitária precisa ser reforçada e incluir a demanda. Além de ajudar as pessoas em risco, é necessário integrá-las à sociedade, garantindo água tratada, trabalho e meios de subsistência. Os participantes do painel também concordaram que a responsabilidade em relação a isso deve ser compartilhada pelos países.

Burcu Calli, representante do Instituto Turco da Água, que expôs a realidade de 5,6 milhões de asilados sírios na Turquia, ressaltou que 6% deles vivem nos

campos de refugiados. “O desafio lá não é só mantê-los salvos, mas prover água limpa e melhor qualidade de vida”, afirmou. Diante dessa realidade, os presentes no encontro também concordaram que é preciso pressionar os governos para que eles destinem mais fundos às comunidades, não apenas para acolher refugiados, mas para coordenar os campos.

Qualidade

Outra queixa do grupo é de que os investimentos em infraestrutura hídrica e de saneamento se concentram historicamente em políticas públicas de áreas urbanas. Enquanto isso, populações vulneráveis não têm acesso adequado a esses serviços. Erika Pinto, pesquisadora do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), exemplificou com situações vividas no oeste do Pará. Além de só encontrarem água a quilômetros de distância, na maioria das vezes, ela é imprópria para o consumo. “Essas comunidades costumam fazer fontes com água superficial, que quase não serve para ser consumida. Isso ameaça a segurança nutricional”, alertou. “Existe a percepção de que há abundância de água na região amazônica e que ela é acessível a todos, mas não é assim que funciona.”

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Especial

Autor: Bernardo Bittar

Título: Falta de recursos limita oferta de água

Especialistas concordam que o fornecimento de água potável e de saneamento básico ainda é deficiente na maioria dos países latino-americanos. Um dos maiores obstáculos para resolver o problema é a falta de financiamento, tanto público quanto privado. Os governos não têm recursos para atender às demandas, enquanto os empresários, praticamente, não investem se não houver garantia de reembolso. As “Perspectivas de Financiamento Hídrico nas Américas” foram discutidas durante o 8º Fórum Mundial da Água, em Brasília.

“Para que o meio ambiente receba verba, é necessário que os envolvidos tenham projetos e capacidade de pagamento”, observou a diretora da área de Gestão Pública e Socioambiental e Saneamento do BNDES, Marilene de Oliveira Ramos. “Os países que têm água e esgoto para 100% da população são, sobretudo, os europeus. Há 10 anos, os consumidores pagavam lá US\$ 4 por metro cúbico de água. Hoje, no Brasil, cobram-se R\$ 3,20 por metro cúbico. É claro que as empresas daqui não têm dinheiro (para oferecer serviço equivalente)”, disse ela.

Em 2017, a instituição financiou R\$ 70 bilhões para diversos projetos no Brasil, mas apenas 1% foi para saneamento e recursos hídricos. “Os dois tópicos são

prioridade, mas a falta de aporte dos estados faz com que as empresas não tenham condições de pagar os financiamentos”, completou Marilene.

O presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), Jerson Kelman, informou que a empresa investe em um projeto para captar água em regiões distantes da cidade de São Paulo. O custo é estimado em US\$ 1 bilhão, mas no sistema não há data para inauguração. “São três obras de grande porte. A quantidade de água que temos hoje não será suficiente para suprir o consumo da população daqui a alguns anos. Por isso, paramos até as obras (de limpeza) no Rio Tietê e colocamos o dinheiro nesse projeto”, disse.

O ministro de Água, Saneamento Básico e Meio Ambiente da Bolívia, Carlos Ortuño, também apontou para o cerne do problema. “Não temos cobertura total dos serviços porque falta dinheiro. Organizar essa estrutura custa muito caro e praticamente não há investimentos”, afirmou. Para Rolando Marín, presidente do Comitê Diretor da Federação Latino-Americana de Organizações Comunitárias para Sistemas de Água e Saneamento, “os problemas são muitos, mas esbarram em financiamento”.

“Para que o meio ambiente receba verba, é necessário que os envolvidos tenham projetos e capacidade de pagamento”

Marilene de Oliveira Ramos, diretora do BNDES

Pelo Fórum

Parada obrigatória

O estande do Correio virou um ponto de parada para quem quer descansar entre uma palestra e outra. Localizado no primeiro andar do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, o espaço é aberto ao público e conta com pufes e cadeiras. Os visitantes ainda podem se inscrever no sorteio de assinaturas da versão digital do principal jornal da capital.

Animação no Senegal

O estande do Senegal, país que receberá o 9º Fórum Mundial da Água em 2021, está sendo considerado o mais animado desta edição. Durante o dia, eles fazem batuques e chamam a atenção de quem passa pelos corredores do Centro de Convenções Ulysses Guimarães.

Painéis atrasados

O público que compareceu ao Fórum Mundial ontem reclamava que os painéis organizados pelas comissões brasileiras estavam todos atrasados. Na contramão, os organizados por autoridades internacionais começavam na hora certa.

Plateia descontente

Em plenária sobre as crises hídricas no território brasileiro, as falas dos ministros da Integração Nacional, Hélder Barbalho, e o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, foram interrompidas por gritos de “Viva Lula” vindos da plateia. O fato se repetia toda vez que os palestrantes falavam sobre a entrega da obra de transposição do Rio São Francisco, que vai levar água para mais de 12 milhões de pessoas de 390 municípios do Semiárido Nordeste.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Especial

Autor: Otavio Augusto

Título: Crise hídrica exige união

Juntar esforços para controlar as mudanças climáticas é uma necessidade global. A água doce é uma das primeiras vítimas dessa celeuma. Os ambientalistas são categóricos: teremos nos próximos anos mais secas e mais enchentes. Por isso, será necessário juntar recursos financeiros para enfrentar isso, e manter serviços de informações e financiamento de trabalhos de adaptação.

A questão é: quem vai pagar a conta? E ela é enorme a longo prazo. “Temos orçamentos públicos que são insuficientes e que quase sempre não são a principal preocupação dos governos. O ideal é que todos paguem um pouco”, destaca Jean-François Donzier, secretário-geral da Aliança Global para a Água e Clima. Ele defende um modelo de financiamento chamado de “três Ts”: taxas, tarifas e transferências. Taxas para a iniciativa privada, tarifas para a população e transferências de benefícios. “Esse é um modelo que funciona melhor para o gerenciamento financeiro”, conclui.

Criar mecanismos de financiamento não é um papel somente de governo. A população deve ter a consciência de que precisa pagar impostos para a preservação e equilíbrio das bacias hidrográficas. Há países em que 1% das contas de água são destinados à preservação das bacias. É o que está sendo feito no Peru. “Temos que criar mecanismos para ter fundo de investimento”, justifica Yuri Pinto Ortiz, secretário-geral da Agência Reguladora de Águas do Peru.

Mali, Guiné e Senegal dividem a gestão de suas bacias hidrográficas. Foram criadas represas para abastecimento urbano, irrigação agrícola, produção de energia elétrica e recomposição dos rios. Um comitê gerencia o nível das chuvas, do consumo e a situação das fontes de água.

Celine Gilquin, diretor da Agência de Desenvolvimento Francesa, não vê

alternativa. “Todos devem pagar essa conta. Unir todas as formas de financiamento. Não se pode usar apenas a ajuda pública ou privada em forma de empréstimos. A população tem sua responsabilidade”, avalia.

Ninguém arrisca qual caminho deve ser seguido, mas ele deve começar a ser construído hoje.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Especial

Autor: Flávia Maia

Título: Irrigação pode dobrar

Estudo das Nações Unidas mostra que o Brasil tem potencial de dobrar a área irrigada e triplicar a produção sem gerar conflitos sociais e econômicos nem sobrecarga de aquíferos. Os dados foram divulgados ontem durante o 8ª Fórum Mundial da Água. O livro Agricultura irrigada sustentável no Brasil: identificação de Áreas Prioritárias mapeia que 4,5 milhões de hectares no país podem ser usados na produção irrigada, com menor investimento e risco. Atualmente, o Brasil tem cerca de 5 milhões de hectares irrigados. Essas áreas tem produtividade 2,7 vezes maior do que as de sequeiro, que dependem das chuvas.

De acordo com o estudo, a região que abrange os estados do Maranhão, do Tocantins, do Piauí e da Bahia (Matopiba) tem grande potencial de uso de equipamentos de irrigação como o pivô central. A região teve grande expansão agrícola na última década. Entretanto, o livro ressalta que é possível crescer a irrigação em praticamente todo o território nacional.

De acordo com o livro, grande parte das áreas que podem se transformar em irrigáveis já estão ocupadas pela agricultura de sequeiro, especialmente para a produção de grãos, cana de açúcar e café. As áreas de pastagens degradadas também podem ser usadas para a irrigação. Segundo o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), cerca de 30 milhões dos 160 milhões de hectares destinados à criação animal estão subutilizados. A ideia é crescer a produtividade por hectare sem buscar novas fronteiras agrícolas ou desmatar áreas intocadas.

“Podemos aumentar a nossa produtividade, estabilizar a produção e ter três safras por ano com irrigação”, explica Alan Bojanic, representante da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

32,34 milhões sem rede de distribuição

Apesar de concentrar 68,5% dos recursos hídricos do país, apenas 56,9% da população da Região Norte têm acesso à água potável, e outros 16,4% ao

tratamento de esgoto. E essa é uma realidade que atinge o Brasil inteiro: cerca de 32,34 milhões de pessoas não possuem rede de distribuição de água. Os dados são da pesquisa Acesso à água das regiões Norte e Nordeste do Brasil: desafios e perspectivas, divulgado pelo Instituto Trata Brasil, com o apoio do Instituto Coca-Cola, e obtido com exclusividade pelo Correio. O estudo também revela que, de todos os estados do Norte e do Nordeste, apenas o Ceará tem políticas para saneamento rural. “Nós queremos dar visibilidade ao problema, ao mostrar que é possível ter uma solução”, explicou o presidente executivo da Trata Brasil, Édison Carlos.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Especial

Autor: Augusto Fernandes

Título: Luta contra privatização

O combate à comercialização da água continuou sendo tema de debates no Fórum Alternativo Mundial da Água (Fama) no quarto dia de atividades do evento. Desde que as discussões tiveram início, no último sábado, os participantes do fórum alertam sobre a necessidade de a água deixar de ser tratada como mercadoria. Líderes comunitários de vários países compartilharam experiências, e mostraram como a mobilização da sociedade foi importante para enfrentar esse processo.

Secretário geral do Movimento de Defesa pelo Acesso à Água, à Terra e à Proteção do Meio Ambiente do Chile, Rodrigo Mondaca explicou que o seu país tem um sistema de privatização da água há 37 anos. “Na época, isso foi algo inédito no mundo inteiro, e deu origem a um mercado das águas. Hoje, muitas pessoas vendem ou alugam água no nosso país como se fosse algo normal. Além disso, as empresas sanitárias do Chile são controladas por instituições francesas, canadenses e espanholas. Para consumir água potável, nós pagamos um dos preços mais caros da América Latina”, disse.

Em Lagos, na Nigéria, o acesso livre à água é a principal preocupação dos quase 21 mil habitantes da cidade, que passa por privatização desde 1986. Diretor da Ação de Direitos do Meio Ambiente da Nigéria, Philip Jakpor contou que a situação sensibilizou representantes de outros países. “Nós não podíamos levar água de uma casa para outra, não podíamos retirar água dos rios sem a permissão do governo, e não podíamos usar a água da chuva. Começamos, então, a construir relações de solidariedade com outros países para propagar essa informação. Hoje, essas leis não existem. Mas temos que continuar nos esforçando”, alertou.

Na opinião de Jakpor, a sociedade não pode permanecer calada. “Uma das mais

importantes lições que aprendemos é que precisamos dos movimentos sociais para trazer soluções contra a privatização. Quero encorajar mais pessoas a seguir esse pensamento”, enfatizou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Amauri Segalla

Título: A hora e a vez dos biocombustíveis

Mercado S/A

O mercado de biocombustíveis está em alta no Brasil. Prova disso é o mais recente balanço da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que constatou o consumo de 4,3 bilhões de litros de biodiesel no ano passado, aumento de 13,2% na comparação com 2016. Os números são ainda mais impressionantes se comparados com o mercado total de combustíveis, que avançou apenas 0,4% no ano passado. O que já era bom deve melhorar. Desde 1º de março, está valendo a mistura de 10% de biodiesel (B10) ao diesel de petróleo. Com isso, o Brasil deve substituir cerca de 2% do consumo de combustível mineral pelo produto renovável, feito a partir de óleos vegetais, especialmente soja, ou de gordura animal. Em 2018, projeções apontam para um novo crescimento do mercado de biocombustíveis acima de dois dígitos. Em tempos de busca por energias limpas e renováveis, o Brasil tem uma lição a apresentar para o mundo.

Minas Gerais lidera ranking da distribuição de royalties da água

Dos cerca de R\$ 135 milhões em royalties da água pagos por Furnas à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em 2017, aproximadamente R\$ 64 milhões foram para Minas Gerais. A administração estadual recebeu quase R\$ 32 milhões e igual valor foi repassado para 84 municípios mineiros localizados na área de influência dos reservatórios das hidrelétricas da companhia. Minas liderou o ranking dos estados, ficando com 58% do valor total da compensação financeira pelo uso de recursos hídricos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner | De Brasília

Título: Petróleo e gás vão movimentar R\$ 1,2 tri até 2030

As áreas de petróleo, gás natural e biocombustíveis já têm investimentos garantidos em torno de R\$ 800 bilhões até o fim da próxima década com

projetos anunciados ou contratados pelo governo desde maio de 2016, o **secretário Márcio Félix Bezerra**, responsável por esses três segmentos no **Ministério de Minas e Energia**. Em tom de balanço, às vésperas de uma mudança na equipe que será deflagrada pela saída já anunciada do ministro Fernando Coelho Filho, ele estima que esse volume poderá chegar à cifra de R\$ 1,28 trilhão com novos projetos que vão ter um encaminhamento ainda neste ano.

Félix aponta o "megaleilão" de petróleo e a expectativa de anúncio de uma nova refinaria privada como destaques no período restante de governo. Ele reitera a previsão de fazer, no segundo semestre, o leilão de excedentes do contrato de seis blocos no pré-sal cedidos à Petrobras no processo de capitalização da empresa feito em 2010. Para o secretário de petróleo e gás, o interesse das multinacionais do setor nos excedentes da cessão onerosa é praticamente garantido. "É uma área com baixíssimo risco, grandes volumes, altíssima produtividade."

De acordo com suas estimativas, se o megaleilão permitir a exploração de mais cinco bilhões de barris de petróleo, o investimento em novos sistemas de produção poderia alcançar R\$ 150 bilhões em menos de dez anos.

Cada sistema - que engloba a construção de poços submarinos, unidades de escoamento e plataformas marítimas - para 500 milhões de barris movimenta aproximadamente R\$ 15 bilhões. Félix acredita que, com o leilão do excedente, a participação da indústria de petróleo e gás no PIB poderia ultrapassar 20%.

Outro investimento relevante está ligado à forte expectativa do ministério de um anúncio de nova refinaria privada no fim deste ano. O Maranhão e o Ceará travam uma "disputa olímpica" pelo projeto, que teria orçamento de pelo menos R\$ 15 bilhões e poderia processar de 200 mil a 250 mil barris por dia de petróleo, conforme suas projeções. Félix informou que há conversas em andamento - lideradas pelos governos estaduais e com participação do ministério - com chineses, coreanos, indianos e iranianos.

Hoje, em reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), um conjunto de medidas de estímulo à atração de investimentos em refino deve ser aprovado. Não são medidas "revolucionárias", segundo Félix, que descarta incentivos tributários. Um exemplo do que está para sair mostra como algumas questões são simples: a permissão para funcionamento de uma refinaria na mesma área de uma zona de processamento de exportação (ZPE). Foi uma solicitação feita pelo governo do Ceará.

Para o secretário, uma aposta de investidores estrangeiros em refino no Brasil não é trivial. "É preciso ter muita coragem para entrar em um mercado onde o ator dominante [a Petrobras] detém 99% do mercado", afirma.

Por outro lado, segundo ele, o crescimento da produção no pré-sal faz com que o Brasil exporte cerca de 1 milhão de barris por dia em óleo bruto e continue importando derivados. "São raros são os países com equilíbrio entre oferta e demanda", ressalta Félix. Só o custo logístico de exportar petróleo cru e trazer gasolina fica em US\$ 7 por barril, diz.

Além disso, outras prioridades do ministério ainda em 2018 são a definição das metas do RenovaBio e o novo marco regulatório do gás natural. O governo vê a possibilidade de triplicar a produção de gás nos próximos dez anos, mas acredita que uma nova legislação é fundamental. Um texto já foi enviado pelo Palácio do Planalto à Câmara dos Deputados como substitutivo de um projeto de lei que tramitava para reformar o setor. A expectativa do secretário é fazer, até o fim deste mês, um mapeamento das convergências e divergências com o texto original. Assim, seria possível buscar a votação do projeto na Câmara ainda em abril.

"É um projeto fundamental para atrair investidores", conclui o secretário. "Queremos aumentar a chance de aprovação nessa pequena janela parlamentar que temos pela frente", acrescenta, lembrando o período eleitoral.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Andrea Jubé | De Brasília

Título: Indústria pede a Temer que fale com Trump

Produtores de aço, representados pelo Instituto Aço Brasil, formalizaram um pedido ao presidente Michel Temer, em reunião no Planalto, para que ele telefone para o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e reivindique a exclusão dos produtos brasileiros da sobretaxa americana.

"A solução agora é a ligação para o presidente Trump", disse o presidente do Conselho Diretor do Instituto Aço Brasil e CEO da Vallourec, Alexandre Lyra. Ele acrescentou que o embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Sérgio Amaral, preparou documento com todas as informações sobre as relações comerciais do aço brasileiro com a indústria americana para subsidiar a conversa.

Temer disse aos empresários que discutiu com líderes da Coreia do Sul a ideia de reunir países afetados pela sobretaxa para, juntos, formalizarem reclamação à Organização Mundial do Comércio (OMC).

Os empresários também reforçaram o pedido ao governo brasileiro para a elevação da alíquota de devolução dos impostos, no âmbito do Reintegra, para 5%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Marina Guimarães | Para o Valor, de Buenos Aires

Título: Meirelles sai otimista de encontro sobre taxaço ao aço

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou que o encontro mantido ontem com o secretário do Tesouro americano, Steven Mnuchin, em Buenos Aires, foi extremamente positivo para o Brasil, em especial no que diz respeito à sobretaxa de 25% aplicada pelo governo dos Estados Unidos às importações de aço. "Apontamos algumas coisas importantes, como o fato de que a partir dessa taxaço, com a isenção do Canadá, o Brasil passa a ser o maior exportador e mostramos que a medida prejudica especialmente a economia americana porque encarece a importação da matéria-prima para a indústria americana de semiacabados de aço", disse o ministro.

Segundo Meirelles, Mnuchin "ouviu bastante, manifestou intenção de progredir nessa análise e ficou de conversar com o secretário do Comércio, Wilbur Ross". Meirelles afirmou que a posição do secretário do Tesouro foi de "bom entendimento da situação". Além do mais, continuou, "eu mostrei que a balança comercial favorece os Estados Unidos, que tem saldos comerciais em 10 anos, acima de US\$ 90 bilhões em bens e acima de US\$ 150 bilhões em serviços".

O ministro também comentou sobre as conversas paralelas ao G-20 relacionadas às negociações entre o Mercosul e a União Europeia. "Existe boa vontade, decisão por parte da União Europeia de negociar acordo com Mercosul. O problema de negociar está exatamente com os agricultores franceses que são os mais afetados pela concorrência do etanol e da carne".

Mnuchin declarou que não teme uma guerra comercial. "Não é o nosso objetivo, mas nós não estamos com medo disso", comentou o secretário do Tesouro dos EUA no fim do encontro do G-20.

Na reunião, os ministros de finanças das principais economias do mundo exortaram os EUA a apoiarem o multilateralismo no comércio, argumentando que o contrário pode acarretar em uma guerra comercial. Vários países estão tentando negociar isenções das sobretaxas de 25% à importação de aço e 10% ao alumínio nos EUA. A medida começa a valer a partir de sexta-feira.

A referência sobre as sobretaxas americanas foi feita de forma indireta no primeiro parágrafo do documento final emitido pelos ministros de Finanças e presidentes dos Bancos Centrais do G-20. Segundo o texto, "o comércio internacional e o investimento são motores importantes do crescimento, a produtividade, a inovação, a criação de empregos e o desenvolvimento". O comunicado diz ainda que o grupo reconhece "a necessidade de um maior diálogo e ação" e que estão "trabalhando para fortalecer a contribuição do comércio às economias". A palavra "protecionismo" ficou de fora do texto.

As autoridades disseram ainda que "a economia mundial nunca cresceu tanto de forma sincronizada desde 2010", mas alertaram que "a recente volatilidade nos mercados, apesar dos sólidos fundamentos da economia mundial é um lembrete sobre os riscos e as vulnerabilidades".

As autoridades afirmaram que "é momento de tomar medida para abordar os impedimentos ao crescimento estrutural, reforçar nossa capacidade de resistência, reduzir os desequilíbrios globais excessivos e os riscos".

O G-20 afirmou que as criptomoedas carecem dos principais atributos que tem as moedas soberanas e apresentam questões relacionadas com a proteção dos consumidores e investimentos, a integridade dos mercados, a evasão fiscal, a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo. "Em algum momento os criptoativos podem ter implicações para a estabilidade financeira. Nos comprometemos a implementar os padrões do Gafi (Grupo de Ação Financeira Internacional) em matéria de criptoativos, esperamos a revisão destes padrões por parte do Gafi", observou o comunicado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Fabio Murakawa | De Brasília

Título: MDB entrega controle de diretório em PE a Coelho

A Executiva Nacional do MDB dissolveu ontem, por 17 votos a 6, o diretório estadual do partido em Pernambuco. Na prática, a medida retira o comando da legenda no Estado das mãos do deputado Jarbas Vasconcelos e o transfere para o senador Fernando Bezerra Coelho, recém-filiado à legenda.

O MDB sai também da base de apoio ao governador Paulo Câmara (PSB), que tentará a reeleição, para fomentar a candidatura do senador ao governo do Estado, como candidato de oposição. O partido tem o vice-governador do Estado, Raul Henry, que é contra a quebra da aliança com o PSB.

Ao deixar a reunião, na Câmara, Bezerra afirmou que seu filho - **o ministro de Minas e Energia, Fernando Bezerra Coelho Filho** - "certamente" se filiara ao MDB, "possivelmente nesta semana".

O senador presidirá uma comissão provisória que terá 90 dias para reorganizar o diretório estadual.

Presidente nacional do MDB, o senador Romero Jucá (RR) confirmou que Bezerra pai deve ser o candidato do partido ao governo do Estado. Nessa nova costura política, disse Jucá, a chapa teria como candidatos ao Senado o senador Armando Monteiro (PTB) e o ministro da Educação, Mendonça Filho. O ministro Bezerra Filho, afirmou Jucá, deve se candidatar à reeleição para deputado estadual.

"A partir de amanhã, vamos manter contatos para poder fazer essa transição lá em Pernambuco. E, a partir daí, criar uma agenda de trabalho para, primeiro, fazer um grande apelo para que aqueles que militam no MDB continue militando no MDB", disse Bezerra Coelho, em uma aparente referência ao grupo de Jarbas Vasconcelos. "Aqueles que quiserem sair, nós vamos respeitar, mas sobretudo tentando atrair quadros [...] para que a gente possa ampliar a representação do partido na Câmara dos Deputados e no Senado Federal."

Também à saída do encontro, o vice-governador Raul Henry (MDB) afirmou que vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal contra a dissolução do diretório.

A reunião de ontem foi marcada depois de o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ter decidido que a dissolução do diretório estadual do partido poderia prosseguir.

Tomada em caráter monocrático, a decisão do ministro Admar Gonzaga reverte sentença do desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco Itabira de Brito Filho. Gonzaga alegou que o Tribunal de Justiça não é competente para discutir a questão da dissolução do diretório em Pernambuco.

Henry tentará convencer o Supremo de que o TSE não tinha competência para anular a decisão da Justiça de Pernambuco. "Há um conflito de competência [a ser discutido] no Supremo. Porque a reunião não poderia ter acontecido enquanto havia uma decisão da Justiça de Pernambuco dizendo que ela não poderia ter acontecido", disse o vice-governador. "Se o Supremo decidir que a decisão da Justiça de Pernambuco estava correta, a reunião perde o efeito."

Para Romero Jucá, a fala de Henry é "choro de quem perdeu".

"A posição do Raul Henry era apoiar o governador Paulo Câmara, uma candidatura do PSB. E a posição do diretório nacional era ter uma candidatura

própria, do senador Fernando Bezerra. Entre uma candidatura própria do MDB e uma candidatura do PSB, nós optamos pela candidatura própria."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Produção da Petrobras

A produção de petróleo da Petrobras no Brasil caiu 1% em fevereiro, ante janeiro, para uma média de 2,08 milhões de barris diários. Este foi o quinto mês seguido de queda mensal nos volumes produzidos pela companhia no país. No primeiro bimestre, a produção média foi de 2,09 milhões de barris/dia, em linha com a meta da estatal para 2018, de 2,1 milhões de barris diários. A Petrobras atribui a queda de fevereiro, principalmente, a ocorrências operacionais nas plataformas P-18 e P-20, que operam no campo de Marlim, na Bacia de Campos, e na plataforma Cidade de Angra dos Reis, localizada no campo de Lula, no pré-sal da Bacia de Santos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Shell e Statoil avaliam ampliar negócios no Brasil

As únicas duas petroleiras estrangeiras a entrarem como operadoras do pré-sal, nos leilões de partilha do ano passado, Shell e Statoil já preparam suas primeiras perfurações nos blocos recém adquiridos e mantêm o interesse em voltar a investir em novos ativos no Brasil. No radar estão oportunidades de negócios não só na área de exploração e produção, como também no mercado de gás natural.

Em dezembro, a Shell fechou um acordo para fornecer gás natural do pré-sal para a termelétrica Vale Azul II (466 megawatts), que teve a produção negociada no leilão de energia nova A-6 e será construída em Macaé (RJ).

"Sobre novos projetos na área de gás, nós temos interesse. O gás natural é estratégico para o grupo, até como uma fonte de energia no próprio processo de transição [para uma economia de baixo carbono]", disse o presidente da Shell no Brasil, André Araujo, a jornalistas, após participar do evento UK Energy, do Consulado Britânico no Rio.

Além da geração a gás, a Shell avalia outras alternativas de monetização, como a venda do insumo para as distribuidoras. "A gente conversa com a distribuidoras de gás", afirmou.

Araujo disse que uma equipe da companhia também "trabalha forte" olhando as oportunidades dos próximos leilões de blocos exploratórios. Segundo ele, a empresa ainda tem "bastante apetite" pelo Brasil, mesmo depois de ter desembolsado US\$ 100 milhões nas rodadas do pré-sal de 2017.

"Mas tem muitos projetos no mundo todo. [o leilão do México deste ano] Mostra que vários países estão buscando investimentos. Uma coisa que temos muito forte no grupo é disciplina de capital. Tendo projetos competitivos, vamos continuar investindo [no Brasil]", ressaltou o executivo, em referência à aquisição, pela companhia, de nove dos 19 lotes oferecidos em águas profundas no Golfo do México, em janeiro.

A Shell foi uma das participantes mais agressivas das rodadas do pré-sal de outubro no Brasil. A companhia, que já operava a área de Gato do Mato, fez oferta por todas as seis áreas negociadas nas licitações e levou três, duas delas como operadora: 80% de Sul de Gato do Mato e 55% de Alto de Cabo Frio Oeste. Também entrou como sócia da Petrobras, com 30%, em Entorno de Sapinhoá. A expectativa da empresa é começar a perfurar na área de Sul de Gato do Mato no início do ano que vem.

A Statoil, que investiu US\$ 3,66 bilhões em aquisições no país, desde o ano passado, também mantém o interesse pelo mercado brasileiro. O vice-presidente de supply chain da norueguesa, Mauro Andrade, disse que, com as recentes aquisições de Carcará e Roncador, a empresa possui projetos para "três a quatro décadas no Brasil", mas que a petroleira continua olhando novas oportunidades de crescimento no país, incluído também o mercado de gás. A Statoil opera a área de Pão de Açúcar, na Bacia de Campos, uma das descobertas de gás mais promissoras do pré-sal.

"Temos um belo portfólio no país, mas continuamos olhando oportunidades no Brasil", disse o executivo, após participar de evento do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), na segunda-feira.

A Statoil foi a petroleira estrangeira que mais investiu em aquisições no país nos últimos anos. Desde o ano passado, anunciou um acordo de US\$ 2,9 bilhões com a Petrobras para compra de 25% no campo de Roncador, na Bacia de Campos, numa operação que deve praticamente triplicar a produção da norueguesa no Brasil, para 110 mil barris diários de óleo equivalente (BOE/dia); investiu US\$ 25 milhões na aquisição de 40% do projeto de geração solar de Apodi (162 megawatts), no Ceará, que marca a entrada da empresa no

segmento, no Brasil; e outros US\$ 743 milhões para reforçar presença no projeto de Carcará, no pré-sal da Bacia de Santos.

"Vemos o Brasil como uma área muito importante para a Statoil. Fora da Noruega, é a mais importante, ao lado dos Estados Unidos", afirmou.

Para 2018, o foco da norueguesa está na conclusão das aquisições dos equipamentos e serviços do projeto Peregrino II, no pós-sal da Bacia de Campos. A Statoil tem planos de começar a operar a segunda fase de desenvolvimento da produção do campo em 2020.

A companhia também pretende avançar este ano com a exploração da área de Carcará, no pré-sal da Bacia de Santos. A Statoil está neste momento conduzindo um teste num dos poços já perfurados na concessão BM-S-8. A petroleira também pretende perfurar este ano o prospecto de Guanxuma (também no BM-S-8) e mais um poço em Carcará Norte - área adjacente a Carcará, arrematada na 2ª Rodada de partilha, em outubro.

A Statoil prevê começar a produzir em Carcará entre 2023 e 2024. Andrade disse que a expectativa é avançar com as definições sobre as contratações dos equipamentos do projeto a partir do próximo ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Petrobras amplia aportes para ações socioambientais

A Petrobras planeja ampliar os investimentos em medidas socioambientais nos próximos anos, saindo do valor de R\$ 60 milhões registrado em 2017 para R\$ 250 milhões até o fim de 2020. Segundo a gerente executiva de responsabilidade social da companhia, Beatriz Espinosa, o aumento dos investimentos para a área socioambiental reflete o processo de reestruturação da empresa.

"Da mesma forma que publicamos com otimismo nossos resultados na semana passada, em um processo de retomada [da empresa], também estamos retomando a presença nos investimentos socioambientais", afirmou Beatriz.

Nessa linha, a companhia lançou ontem chamada pública para seleção de projetos para o Programa Petrobras Socioambiental. Será a primeira chamada para esta iniciativa desde 2014.

A ideia é escolher projetos desenvolvidos por entidades privadas sem fins lucrativos nas áreas social e ambiental para receber apoio financeiro da estatal. O orçamento total é de até R\$ 180 milhões, que serão desembolsados ao longo de dois anos, provavelmente a partir de 2019. A Petrobras estima selecionar entre 80 e 110 projetos, com valores entre R\$ 500 mil e R\$ 6 milhões.

Os projetos inscritos no programa deverão contemplar uma das seis linhas de atuação: biodiversidade; florestas e clima; água; educação; direitos da criança e do adolescente; e esporte.

O processo será conduzido por comitê da Petrobras e entidades dos setores público e acadêmico, entre outros. Os candidatos serão classificados pelo índice de transformação social de cada iniciativa, contemplando temas transversais que incluem respeito aos direitos humanos e combate à discriminação; promoção da ética, integridade e transparência; disseminação dos objetivos de desenvolvimento sustentável; desenvolvimento e difusão da ciência e tecnologia; e promoção de medidas ecoeficientes.

O processo também incluirá novos critérios de conformidades. "Para concluir o processo de seleção, seguido de contratação, elas [candidatas] passam pela mesma análise de grau de risco de integridade que nós pedimos dos nossos fornecedores", explicou a gerente executiva.

As inscrições de projetos ficarão abertas até 4 de maio. A expectativa da empresa é concluir a seleção no fim deste ano.

A chamada pública faz parte do conjunto de ações da Petrobras apresentadas no Fórum Mundial da Água, que ocorre esta semana, em Brasília. Na área operacional, em 2017, a Petrobras reutilizou 25,4 bilhões de litros de água, o correspondente a 12,5% da demanda total de água doce das instalações da estatal. O volume, equivalente ao suficiente para abastecer por um ano uma cidade de 615 mil habitantes, proporcionou uma economia estimada de R\$ 24 milhões à companhia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Medidas de Trump fizeram preço subir US\$ 100 nos EUA

A decisão do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de elevar a tarifa sobre aço importado pode não ter o efeito desejado pelo republicano. Desde que o relatório do Departamento de Comércio divulgou relatório no qual apresentava o plano para reduzir a concorrência com produtos estrangeiros, o

preço da maior referência de aço do mercado, o laminado a quente, já avançou US\$ 100 por tonelada, chegando a quase US\$ 900.

Ou seja, a margem das siderúrgicas aumentou nesse período. Ao mesmo tempo, a cotação internacional da placa, principal matéria-prima usada para laminação de chapas no país, manteve-se praticamente o mesmo, em torno de US\$ 530. Mesmo que a sobretaxa de 25% entre em vigor, é possível que o custo suba apenas marginalmente, tornando a medida americana inócua.

Para Carlos Loureiro, presidente do Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda), há espaço ainda de valorização, se for levado em conta que o último pico histórico desse tipo de aço foi logo antes da crise de 2008, em US\$ 1.200. "Claro que era um mercado distorcido, mas com um presidente como Trump, tudo é possível", disse o dirigente, durante evento de divulgação dos números de fevereiro no mercado nacional de aços planos.

Nos cálculos do banco Morgan Stanley, a taxa elevaria em cerca de US\$ 150 o custo de internalização dos produtos nos EUA. Frente à tendência recente, isso poderia levar a tonelada do laminado a quente - referência de preço - para mais de US\$ 1 mil. Mas pensando em um horizonte mais longo, o equilíbrio da bobina seria atingido em uma cotação um pouco menor, de US\$ 900, aposta a instituição. Os analistas já haviam alertado, no começo do mês, que as usinas americanas precisam de disciplina para que os reajustes não garantam que continuar importando mesmo com a taxa adicional de 25% seja interessante economicamente.

Ontem, Loureiro apresentou os dados de fevereiro do Inda. A rede de distribuição informou que as vendas de aços planos subiram 20,6% na comparação anual, para 259,8 mil toneladas, resultado que, segundo o dirigente, mostra que o mercado siderúrgico nacional está mais aquecido do que se esperava. O consumo aparente desse produto registrou alta de 15,2%, para 772 mil toneladas, na mesma base de comparação.

O presidente do instituto acrescentou ainda, em entrevista coletiva após divulgar os números do Inda, que a seção 232 do governo americano não afeta diretamente as siderúrgicas brasileiras. No entanto, ele também teme o desvio de comércio - de aço que iria para os EUA e acabará se direcionando a outros mercados.

"Se os países começarem a inundar o resto do mundo com os volumes que iriam para os Estados Unidos inicialmente, é possível que venha a causar a queda dos preços internacionais. Mas o que vai dizer se chegará ou não mais aço importado aqui é se as usinas vão acompanhar essa queda [de preço]", diz.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Agronegócios****Autor: Rodrigo Polito e Marcelle Gutierrez | Do Rio e São Paulo****Título: Petrobras põe fábricas de fertilizantes em hibernação à espera de comprador**

A Petrobras planeja vender suas fábricas de fertilizantes localizadas em Sergipe (Fafen-SE) e na Bahia (Fafen-BA), que serão colocadas em hibernação. Segundo o diretor de Refino e Gás Natural da Petrobras, Jorge Celestino Ramos, a decisão de interromper a produção das duas unidades, anunciada ontem pela companhia, se deve aos sucessivos resultados negativos que elas geram à empresa.

"Elas [fábricas] estão obviamente no programa de desinvestimento. É importante dizer que tomamos essa decisão [de hibernar as unidades] porque, quando você olha para os próximos 12 anos, esses resultados não mostram perspectiva de reversão, ou seja, continuam operando com resultado negativo. Então a melhor alternativa para a Petrobras, nosso dever como administrador público, é parar as plantas agora", disse ontem Celestino, em teleconferência com jornalistas.

Previsto para ter início ainda no primeiro semestre, o processo de hibernação consiste em uma parada progressiva da produção das unidades industriais, com ações para conservar equipamentos e prevenir impactos ambientais.

Segundo o executivo, as Fafens de Sergipe e Bahia são pouco competitivas, por não terem acesso à matéria-prima (gás natural) barata e estarem longe de mercados consumidores de fertilizantes. "O custo da matéria-prima, mais o preço do fertilizante que a Petrobras consegue colocar no mercado, mais os custos de operação da planta levam a um resultado negativo", disse.

De acordo com a Petrobras, a Fafen-SE e a Fafen-BA apresentaram resultados negativos de cerca de R\$ 600 milhões e R\$ 200 milhões, respectivamente. No resultado do quarto trimestre de 2017, a Petrobras realizou uma provisão para perda (impairment) das duas fábricas no valor de R\$ 1,3 bilhão.

Celestino disse que a produção anual das duas plantas juntas, é de cerca de 700 mil toneladas, o equivalente a cerca de 15% da demanda interna do país. Segundo ele, cerca de 85% da demanda brasileira hoje é atendida pelo mercado externo.

Questionado sobre os custos da hibernação das duas unidades para a Petrobras, o diretor informou que a companhia desembolsará cerca de R\$ 300 mil por mês. "Hibernar significa deixar os equipamentos prontos para que, em caso de

aparecer compradores, elas estejam prontas para operar", explicou Celestino. "O custo para hibernação é bem baixo quando você compara com a manutenção da operação", completou.

Com relação à Araucária Nitrogenados (Ansa), que opera em Araucária (PR), e à Unidade de Fertilizantes-III (UFN-III), cuja planta, em Três Lagoas (MS), está 80,95% concluída, Celestino contou que o processo de venda dos dois ativos está na etapa de oferta vinculante. "Estamos muito perto de achar compradores para Ansa e UFN-3", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Daniel Rittner | De Brasília

Título: BNDES e setor elétrico estudam novas formas de financiamento

O fortalecimento do mercado secundário de debêntures e a securitização de recebíveis em empréstimos de longo prazo despontam como novas alternativas de financiamento do setor elétrico. São mecanismos que permitem alocar mais recursos para os segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia - todas atividades de capital intensivo - em um cenário de restrições dos agentes públicos de crédito.

As duas medidas são indicadas em um estudo inédito do Instituto Acende Brasil e fazem parte do recém-aprovado planejamento estratégico do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que tem pela frente o desafio de continuar sendo um ator relevante na concessão de empréstimos para grandes projetos de infraestrutura, mesmo sem esbanjar o dinheiro que já teve no passado.

Em 2016, a nova política de atuação do BNDES reduziu de 70% para 50% sua participação máxima no financiamento de grandes hidrelétricas. Usinas com alto índice de emissão de poluentes, como térmicas a carvão e a óleo, deixaram de ser financiadas pelo banco. Linhas de transmissão podem receber até 80% de crédito, mas a taxas de mercado e sob condições rigorosas. O índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) é de 1,5 - ou seja, os empreendedores precisam ter fluxo de caixa de uma vez e meia o valor da parcela a ser paga, o que na prática limita o volume de créditos solicitados.

Diante disso, o "white paper" do Instituto Acende Brasil explora opções de financiamento para os investimentos no setor elétrico e aponta essas inovações no mercado de capitais como saída.

"Um dos fatores que dificulta o financiamento da infraestrutura é a baixa liquidez dos seus valores mobiliários, como as debêntures. Essa dificuldade poderia ser mitigada se houvesse um mercado com alta liquidez", afirma o estudo do instituto, que será divulgado nos próximos dias.

O presidente do Acende Brasil, Cláudio Sales, lembra que desde 2011 os investidores pessoa física têm isenção de Imposto de Renda (IR) para a compra de debêntures incentivadas de infraestrutura. O benefício é dado a projetos enquadrados pelos ministérios setoriais, como o de Minas e Energia. No entanto, poucos se arriscam a adquirir um papel com seis, oito ou mais anos de duração - já que a falta de um mercado secundário forte praticamente impede o resgate antecipado. Fosse diferente, ocorreria como um título do Tesouro Direto, que pode ter data de 2022 ou 2025, por exemplo, mas com revenda possível a qualquer hora.

A sugestão mais simples do instituto para desenvolver um mercado secundário é estender os benefícios tributários das debêntures de infraestrutura para investidores institucionais (assim amplia-se a participação de agentes como fundos de pensão e bancos). Mas também pede que esses papéis possam ser usados como garantia nas câmaras de compensação. A B3 aceita que os depósitos de garantia tomem a forma de 13 títulos (CDBs, ADRs, ouro, Letras de Crédito Imobiliário (LCI), ações, títulos do governo federal negociados no Brasil, entre outros), mas não aceita as debêntures incentivadas de infraestrutura.

As inovações recomendadas pelo Acende Brasil estão em sintonia com o plano estratégico aprovado pelo BNDES, há menos de duas semanas, para o período de 2018 a 2035. Uma das ideias é a atuação do banco como "market maker" para debêntures, diz o diretor da área de crédito, tecnologia e planejamento, Carlos da Costa. O "formador de mercado" é um agente contratado para assegurar as ofertas de compra e venda de um determinado ativo, de forma regular e contínua, provendo assim tanto liquidez quanto frequência mínima de cotações de preço do ativo para o mercado.

Outra frente estudada pelo BNDES é a securitização de recebíveis. Costa lembra que o momento mais crítico de projetos de infraestrutura em geral são os primeiros anos, quando o empreendedor normalmente está voltado à construção ou modernização das instalações. Depois de alguns anos, quando o ativo entra em funcionamento, passa a ter receitas regulares e praticamente garantidas. Em vez de receber os valores emprestados de forma paulatina, até o fim do contrato de concessão, o banco de fomento pode antecipar esses montantes em uma operação de mercado e reemprestar o dinheiro para outros investidores.

"Não é algo para se fazer imediatamente", pondera Costa, enfatizando que o modelo serve não apenas para o setor elétrico, mas para a infraestrutura em geral. "À medida que o mercado secundário for amadurecendo, faz todo sentido girar a nossa carteira [de crédito]. Até para termos a capacidade de financiar mais projetos, sem precisar de novos recursos", acrescenta o diretor da instituição. Quanto mais perto de expirar o empréstimo original do BNDES, na reta final do contrato de concessão, mais valor ele teria como produto no mercado e mais fácil montar a operação.

O estudo do Acende Brasil vai na mesma linha: "Os financiamentos continuariam sendo concedidos em contratos de longo prazo, mas, uma vez superada a fase crítica de implantação do empreendimento, esses provedores de crédito oficiais promoveriam a securitização dos seus recebíveis. Com isso, antecipariam o recebimento de seus recursos, liberando-os para financiar novos projetos".

MME / ASCOM .